

Velhos Temas, Abordagens Atuais

Santuza Cambraia Naves

Ideais de modernidade e sociologia no Brasil
Organizado por Marcos Chor Maio e Glaucia Villas Bôas.
Porto Alegre, Ed. Universidade/UFFGS, 1999.

Ideais de modernidade e sociologia no Brasil, organizado por Marcos Chor Maio e Glaucia Villas Bôas, é concebido como um *Festschrift*, reunindo uma série de ensaios e depoimentos que refletem sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil a partir da trajetória intelectual de Luiz de Aguiar Costa Pinto. Trata-se de um empreendimento bem-sucedido em vários aspectos. Por um lado, com os trabalhos de qualidade reunidos neste livro, os autores, de diferentes áreas e temáticas das ciências sociais, aprofundam, de acordo com suas experiências de pesquisa ou abordagens teóricas específicas, determinados aspectos da obra de Costa Pinto ou das temáticas do período. Por outro lado, a figura instigante de Luiz Costa Pinto, provocando polêmicas ao longo de sua carreira intelectual e promovendo discontinuidades no seu próprio pensamento teórico, suscita questões fundamentais para o entendimento do pensamento social no Brasil.

O momento de reorganização do ensino superior no Brasil, na área de ciências sociais – particularmente no Rio de Janeiro –, com a emergência de novos

centros acadêmicos, coincide com a vinda de Costa Pinto para o Rio (1937), onde passa a cursar o recém-criado curso de ciências sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da atual UFRJ e antiga UB. Proveniente de uma linhagem intelectual baiana de viés modernista – como Afrânio Coutinho, Anísio Teixeira e Arthur Ramos –, Costa Pinto compartilhava com este grupo a preocupação com os valores arcaicos arraigados na cultura brasileira e a busca de sua superação, visando a atingir os ideais de modernidade pelos quais se orientavam no momento. Dentre os intelectuais citados, Arthur Ramos é quem mais exerce ascendência sobre Costa Pinto, engajando-o, em 1941, na criação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, destinada a revigorar os cursos de ciências sociais através do incremento das atividades de pesquisa. Assim, os dois cientistas sociais entram pela década de 40 assumindo vários projetos em comum, que vão da militância antinazista, do ensino de antropologia e sociologia na Universidade do Povo, concebida por intelectuais de esquerda, à participação, em 1949, no fórum de debates promovido pela Unesco em Paris para se discutir o conceito científico de raça. Deste encontro, que contou com a presença de intelectuais renomados de várias partes do mundo, resultaram a Primeira Declaração sobre Raça da Unesco e logo depois, em 1951, o Projeto Unesco, em cuja análise quase todos os autores que colaboraram neste livro se detêm, dada a sua importância para os rumos das ciências sociais no Brasil.

De fato, com o advento do Projeto Unesco iniciaram-se pesquisas sobre relações raciais em alguns pontos do país – Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro –, das quais participaram Thales de Azevedo, René Ribeiro, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Edison Carneiro e Costa Pinto, que se tornou o responsável pela execução do projeto no Rio de Janeiro. Este projeto é considerado um marco nas ciências sociais no Brasil, não só por propiciar um novo padrão de pesquisas no país, o que se deveria tanto à sua extensão quanto à qualidade dos cientistas sociais nele envolvidos, como também por se tornar um gerador de controvérsias entre as áreas de antropologia e sociologia.

O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança, livro de Costa Pinto de 1953 que resultou de sua pesquisa na Unesco, é bastante representativo da querela entre sociólogos e antropólogos nesse período. No livro, Costa Pinto, de maneira inusitada, inicia a sua crítica aos estudos afro-brasileiros desenvolvidos desde o final do século XIX e que têm continuidade nos anos 30, assim como aos seus mais destacados representantes: Nina Rodrigues e Arthur Ramos. Esses trabalhos, a que atribui o cunho de “culturalistas”, seriam a marca, segundo ele, dos estudos das comunidades. Ao formular essa crítica, Costa Pinto inspira-se em artigo de Sergio Buarque de Holanda de 1944, “Negros e brancos”,

no qual o escritor modernista atribui à escola baiana, representada por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, uma postura que se pauta, ao lidar com o africanismo, no apelo ao exótico. Assim, tomando o negro como “espetáculo” e deixando de vê-lo em sua condição problemática no país, estes intelectuais incentivariam, segundo Sergio Buarque, a segregação do negro no seu próprio país, favorecendo a “ótica da exclusão” das elites europeizantes.

Na medida em que Costa Pinto se envolve no debate “desenvolvimentista” dos anos 50, sua crítica ao culturalismo, exposta em alguns trabalhos, vai se tornando cada vez mais corrosiva. Ao longo da década ele elabora um tipo de investigação, fundamentada no pressuposto de uma estrutura social capitalista em curso, que se contrapõe de maneira radical a uma certa tradição etnográfica e histórica no país que estaria comprometida com o “atraso”, isto é, com relações sociais pouco compatíveis com o ideal de modernidade. Dessa maneira, ao invés de se tomar o negro como objeto a partir de suas características físicas e psíquicas, Costa Pinto propõe que se releve a sua condição de proletário ou de membro dos setores médios de uma sociedade de classes.

É interessante observar que, nas críticas que formula aos estudos de comunidades, Costa Pinto mostra-se bastante identificado com os temas e as questões colocadas pelo debate sociológico dos anos 50, em que se valoriza um compromisso do sociólogo com projetos de mudança social. Para dar conta deste projeto de modernização da sociedade brasileira, seria necessário o abandono dos estudos localizados, que só favoreceriam a segregação, para assumir ousadamente abordagens macro da vida social. No caso da problemática negra, o que interessa são os processos de inserção no mercado de trabalho, de mobilidade social, assim como explicações histórico-estruturais da transição da ordem escravocrata para o sistema constituído em moldes capitalistas. Este tipo de abordagem, que se fundamenta no ataque sistemático aos estudos antropológicos, tem a sua continuidade ao longo dos anos 60.

Em “Sociologia e mudança social”, por exemplo, artigo de 1947 publicado na *Revista de Sociologia*, Costa Pinto já apresenta a sua proposta de uma sociologia comprometida com as mudanças sociais, distinguindo, a partir daí, a sociologia meramente preocupada com questões acadêmicas de uma outra mais instrumental, que se aplique aos fenômenos sociais em processo de transformação. Para dar conta de um saber sociológico mais instrumental, Costa Pinto recorre estrategicamente a autores de linhagens diferentes, como Marx, Dewey e Mannheim, sem se comprometer com nenhum deles.

O contato de Costa Pinto com Anísio Teixeira, nos anos 50, reforça bastante a sua proposta de um sociologia instrumental, comprometida com mudanças estruturais na sociedade brasileira. Logo no início da década, a partir de 1950, Costa Pinto vai para o Recôncavo baiano, integrado ao Programa de

Pesquisas do Estado da Bahia e da Universidade de Columbia, dirigido por Anísio Teixeira, com o propósito de elaborar um plano de desenvolvimento para a região. Esta pesquisa resulta no livro *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*, publicado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais em 1958. Nele, Costa Pinto constata a coexistência, na região estudada, do *arcaico* com o *moderno*, argumentando que uma e outra ordem, ao invés de assumir uma relação de oposição, se entrelaçam.

Analisando-se a trajetória intelectual de Costa Pinto, percebe-se que ele opera com uma concepção de modernidade específica, que compartilha com alguns contemporâneos. Em “Desenvolvimento, modernidade e subjetividade”, um dos artigos publicados neste livro, José Maurício Domingues nos elucida este ponto, chamando a atenção para duas acepções de modernidade presentes na reflexão de Costa Pinto. Uma delas, convergente com a idéia de “modernização”, seria vista negativamente por Costa Pinto, por implicar a mera incorporação de padrões de consumo, comportamento, instituições, sem afetar a estrutura econômica e social. Assim, na medida em que este processo de modernização confinaria grande parte da população no “nível atrasado e arcaico”, enquanto apenas uma parcela da sociedade teria o privilégio de se ocidentalizar, ele seria gerador de instabilidades, conflitos e uma situação geral de anomia. A outra concepção de modernidade, esta vista positivamente, é sinônima de “desenvolvimento”, isto é, processo de passagem de uma estrutura social arcaica para outra, moderna, sem descompasso entre as classes sociais. “Desenvolvimento”, ao contrário de “modernização”, com suas características anárquicas, requer planificação, recusando explicitamente, segundo José Maurício Domingues, “possibilidades de derivações contingentes da história”. Mas trata-se de uma planificação que deveria se orientar por um modelo próprio de desenvolvimento, devido à nossa situação singular de imbricamento entre arcaico e moderno. Assim, não só o passado nos constrangeria, mas também o presente, já que o nosso liberalismo se mostraria comprometido com as forças da tradição. Daí a necessidade, para ultrapassarmos a condição de subdesenvolvidos, de uma aliança de classes que contemplasse as “elites transformadoras”, os intelectuais (*intelligentsia*) e o Estado. Mas, acima de tudo, o projeto de desenvolvimento para o Brasil – e para o Terceiro Mundo em geral – deveria se comprometer com a ruptura com os vínculos de *dependência* para com as nações desenvolvidas.

Valorizam particularmente este livro algumas atualizações que são feitas para o Brasil de hoje, sem perder de vista o cuidado com a perspectiva histórica. Nísia Trindade Lima (em “Sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Marx – a vocação das ciências sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes”), atenta a esta questão, observa que em tempos “de defesa do mul-

ticulturalismo e de questionamento à adoção de rígidas fronteiras disciplinares, pode parecer anacrônico o retorno à obra de Luiz de Aguiar Costa Pinto”, embora permaneça atual “o debate sobre o papel do cientista social no processo de modernização” (p. 251). De fato, não se trata de aplicar hoje as teorias elaboradas por Costa Pinto no calor dos anos 40, 50 e 60, mas de se pensar, com instrumentais teóricos adequados aos novos tempos, velhos problemas da sociedade brasileira e as saídas para os impasses há muito estabelecidos, como a vigência de tradições pré-modernas e autoritárias numa nação que se pretende democrática. Assim procede José Maurício Domingues no texto citado, argumentando que “se para Costa Pinto o arcaico, o tradicional, era preponderante na conspiração que segregava com o presente para estiolar nosso futuro, hoje ele é mero coadjuvante no bloqueio que mormente o moderno exerce, em muitos dos seus aspectos, contra a democracia e o ‘desenvolvimento’ do país” (p. 78). Domingues encerra o seu artigo dizendo que a teoria clássica e o pensamento social brasileiro não dão conta do novo perfil de modernidade que se nos apresenta múltiplo e instável: “Uma teoria social contemporânea, com grande nível de generalidade e complexidade, faz-se imprescindível.” Assim, o que se acha na ordem do dia “é saber como combinar particularidade e universalidade, modernidade e reflexividade. Com isso, democratização e cidadania, liberdade e pluralidade talvez venham a receber a continuidade da contribuição que merecem dos cientistas sociais brasileiros” (p. 82-83).

E sem dúvida, o que também contribui para o interesse deste livro são as tomadas de posição de alguns autores quanto aos debates de época, o que sinaliza para o fato de que, se os diagnósticos da sociedade brasileira são aferidos hoje por outros instrumentos de análise, as velhas cisões, principalmente as que se referem às fronteiras disciplinares, não deixam de estar presentes. Assim, por exemplo, Maria Laura Viveiros de Castro (“O aspecto humano de nossos dados – a relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais”) toma a defesa dos estudos de comunidade, atacados como “culturalistas” pelos sociólogos comprometidos com as questões desenvolvimentistas e nacionalistas, propondo uma reavaliação destes estudos de comunidade, a começar pela relativização do próprio termo, que sugere uma “homogeneidade inexistente” e dificulta “o discernimento das muitas vertentes teóricas e diferentes questões de pesquisa abrigadas por esses estudos” (p. 187).

Ideais de modernidade e sociologia no Brasil constitui uma boa chave para se entender, sob diversos ângulos, as visões de Brasil que se constituíram principalmente a partir dos anos 50 e impregnaram os 60. E, ironicamente, se as concepções dos intelectuais dessas décadas passadas, fundamentadas em perspectivas nacionalistas, desenvolvimentistas e objetivistas – para não dizer positivistas –, fazem contraponto com uma compreensão atual das ciências sociais, que

alguns hoje vêm afinadas com o multiculturalismo e fundadas no ceticismo, velhos temas continuam atuais, como os relacionados à modernização. Velhas dúvidas persistem quanto à melhor forma de nos modernizarmos; trata-se de um impasse que herdamos de gerações passadas. Mas, retomando o mote do contraponto entre as perspectivas das décadas de 50 e 60 e as atuais, fica aqui uma dúvida: faz sentido hoje a pergunta “quem somos nós?”